

A HISTÓRIA MILITAR COMO A HISTÓRIA DO BRASIL: IDENTIDADE NACIONAL E USOS DO PASSADO EM GUSTAVO BARROSO

THE MILITARY HISTORY LIKE THE HISTORY OF BRAZIL: NATIONAL HISTORY AND USES OF THE PAST IN GUSTAVO BARROSO

Erika Morais Cerqueira*

RESUMO: Este artigo analisa algumas das ideias do intelectual Gustavo Barroso referentes à historiografia e aos historiadores do Brasil. A fonte principal é o livro *A História Militar do Brasil* (1938), e a abordagem focaliza a tensão — presente em seus textos e em sua época — entre a busca da imparcialidade científica e as exigências de posicionamento intelectual em defesa da nação. O objetivo é compreender a questão proposta por Barroso acerca da formação do Brasil, considerando o vínculo entre história militar e usos do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Gustavo Barroso. História Militar. História Nacional.

ABSTRACT: This article examines Gustavo Barroso's intellectual ideas regarding historiography and Brazilian historians. Using as main source Barroso's book entitled *História Militar do Brasil* (1938), this approach focuses on the tension in his book, between the search of scientific impartiality and the demands for intellectual engagement in the defense of Nation. The goal is to understand the question proposed by Barroso about the formation of Brazil as a nation, considering the link between military history and uses of the past.

KEYWORDS: Gustavo Barroso. Military History. National History.

Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual cearense, é comumente lembrado como estudioso do patrimônio histórico - devido a sua atuação no Museu Histórico

* Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Especialista em Filosofia pela mesma Universidade. Atua como colaboradora junto ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM), vinculado ao Departamento de História da UFOP. É sócia e pesquisadora da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Investiga questões relacionadas à Teoria da História e Filosofia Política, especialmente as propostas por Hannah Arendt e Isaiah Berlin. Atualmente, pesquisa a obra historiográfica de Gustavo Barroso, sobretudo sua produção biográfica durante as décadas de 1920 a 1940. Artigo enviado em: 29/04/2014 e aceito para publicação em: 12/06/2014. E-mail: erika_mcerqueira@hotmail.com

Nacional por aproximadamente trinta e cinco anos - e participe da Ação Integralista Brasileira - considerado o principal expoente do antissemitismo no Brasil. Além disto, foi também um escritor incansável, de forma que se verifica ao fim de sua vida a publicação de aproximadamente cento e vinte e oito livros, versando sobre temas variados, como a história, o Folclore e a política. Considerado um intelectual de prestígio, esteve à frente de jornais e revistas respeitados em âmbito nacional, atuando como diretor e redator em alguns deles, como, por exemplo, a Revista Fon-Fon, o Jornal do Commercio e o Jornal do Ceará. Foi membro de instituições consagradas no campo das letras, como a Academia Brasileira de Letras, e na área de história como, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi membro também da *Royal Society of Literature*, de Londres, e da Academia Portuguesa de História. Importa-nos destacar que, a obra historiográfica barroseana apresenta uma proposta de construção da identidade nacional que leva em consideração o caráter belicista da história e compreende os militares como representantes-símbolo dessa nacionalidade.

A importância conferida ao passado militar é algo que pode ser observado, inclusive, na prática museológica empreendida por Barroso ao longo do período em que foi diretor do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Sob sua orientação, o MHN foi dividido em duas seções: uma dedicada à história do Brasil e outra à numismática. A vintena de salas da primeira seção, a mais visitada, levava o nome das grandes personagens da história nacional, segundo Barroso: dom João VI, dom Pedro I, dom Pedro II, Deodoro da Fonseca (a República), os militares Tamandaré (Marinha) e Caxias (Guerra do Paraguai) (ABREU, 1996). Inaugurado no Arsenal da Marinha, o MHN devia ser o relicário dos conflitos em que os soldados brasileiros haviam alcançado distinção: nos pátios, escadarias e vitrinas do museu viam-se canhões holandeses, troféus diversos da Guerra do Paraguai, retratos e objetos pessoais do duque de Caxias ou do General Osório (MAGALHÃES, 2010). A consagração da história militar do Brasil ocorreu também por intermédio da escrita de biografias de alguns de seus protagonistas: Osório, Caxias, Tamandaré - elaboradas entre 1920 e 1940.

Nas páginas que se seguem intentamos mapear, no contexto de produção do autor, as tendências historiográficas em voga, assim como os diálogos estabelecidos por Barroso nesta ambiência intelectual. Para tanto, faremos uma breve digressão pelas décadas finais do século XIX e começo do XX, período de constituição e afirmação,

entre outras coisas, da disciplina histórica no Brasil. Analisaremos, a seguir, as questões que permearam os debates intelectuais, sobretudo a problemática da identidade nacional.

Nem sempre a modernidade foi vivenciada com um sentimento de euforia. Ao contrário, apresentou-se frequentemente como algo ainda incompreensível para as consciências pensantes da época. Para alguns intelectuais, o momento trazia uma indagação crucial, quando colocava em questão seu próprio destino e o da nacionalidade. (VELLOSO, 1996, p. 38).

As primeiras décadas do século XX trouxeram questionamentos aos intelectuais brasileiros e exigiram, sobretudo, um posicionamento perante as transformações em voga, ora percebidas com euforia, ora sentidas com pesar. Alguns pensadores, mais otimistas, consideraram ser este o momento para *civilizar* o país, de forma que o Brasil pudesse alcançar as nações, supostamente, em estágio mais avançado. Neste contexto, identifica-se um grupo de estudiosos marcado pelo sentido de atualização e modernização, que queria iluminar o país através da ciência e da cultura, com uma confiança na razão humana. No afã de acompanhar as sociedades europeias, especialmente a francesa, vincularam o atraso do país às noções de meio e raça. As teses deterministas, defendidas principalmente pela Geração de 1870, postulavam uma visão pessimista da mestiçagem e, em muitos casos, demandavam a necessidade de um branqueamento da população.

Entre os adeptos desse cientificismo ilustrado podemos incluir a figura de Sílvio Romero, um dos intelectuais que se voltaram para o estudo do mal que a escravidão fez aos brancos, e que considerava a miscigenação como um “defeito de formação” étnica do brasileiro (OLIVEIRA, 1990, p. 84). Manoel Bomfim, por sua vez, compreendia a ciência como um pressuposto para a apreensão da realidade, no entanto, a despeito das ideias defendidas por Romero, ele avaliou positivamente a miscigenação, desconsiderando as teorias que postulavam, por exemplo, a inferioridade do negro. Bomfim apontou a educação como *receita* para a cura dos males brasileiros, supôs, ainda, que somente a sua implementação, em nível nacional, seria capaz de garantir uma progressiva transformação da sociedade:

A experiência de Bomfim como defensor da educação popular (como professor, jornalista, político ou escritor de livros didáticos) provavelmente contribuiu para que ele pudesse estabelecer relações entre o ensino da história e a instrução cívica. O autor compreendia a educação como uma tarefa “urgentíssima para a República e para a Pátria”, sendo que o professor deveria utilizar elementos da vida nacional em todas as disciplinas (GONTIJO, 2003, p. 136).

Outra questão que adquiriu relevo nesse período, compreendida como uma das receitas para a *salvação do país*, foi a saúde, que ganhou expressão em torno da figura construída por Monteiro Lobato para exprimir o homem do interior - o Jeca Tatu. A pergunta era se o Jeca era preguiçoso, indolente, atrasado e incapaz porque era assim ou se ele se encontrava nesse estado devido às suas condições de saúde – problemática que marcou a segunda metade da década de 1910.

A Primeira Guerra Mundial foi crucial para a tomada de novos rumos, pois, o mito cientificista do progresso e seu conjunto de valores - baseados na razão, nas leis, nos padrões civilizacionais e no desenvolvimento linear - foram desmascarados pela experiência do conflito. Dessa forma, o fim da primeira Grande Guerra assinalou também o término da “Civilização Internacional” proposta pelo liberalismo e a crise que se estabeleceu na Europa, por conseguinte, acabou por promover uma valorização da América, compreendida como um continente jovem que deveria pensar por si ⁶⁶.

Dessa feita, muitos intelectuais se opuseram às mudanças, por entender que elas promoviam a relatividade dos valores e comprometiam a tradição; combatê-las era importante para a manutenção da identidade nacional. Foi, nesse cenário, que Gustavo Barroso esboçou um projeto político e historiográfico que visava resguardar a tradição e, por outro lado, combater as inovações trazidas pelo ideal de progresso⁶⁷. Entre os elementos componentes do pensamento barroseano, estão as alusões ao liberalismo, ao marxismo e ao positivismo, entendidos como doutrinas exóticas que colocariam em risco a nação:

⁶⁶ Lúcia Lippi Oliveira explica que o Rio de Janeiro - da Belle-Époque - passou por mudanças que colocaram a questão da brasilidade e da justiça social na ordem do dia. Segundo a autora, a Campanha Civilista (1910), a Primeira Guerra Mundial (1914) e a Revolução Russa (1917) abalaram os pressupostos da intelectualidade do início do século, mudando o foco de suas preocupações. Cf: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, 1990.

⁶⁷ Tal projeto foi sintetizado em formato de artigo sob o título “O culto da saudade”. A este respeito conferir: BARROSO, Gustavo. “O Culto da Saudade”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

Tiveram as doutrinas individualistas, materialistas ou positivistas, nascidas da filosofia racionalista do século XVIII, o condão de guerrear o passado, como se êle não fosse o que de verdadeiramente sólido possui a humanidade. A Revolução francesa alterou até o nome das cartas de jogar. O positivismo mudou o calendário. O marxismo pregou a abolição da propriedade, da religião e da moral (BARROSO, 1938, p.123).

É importante ressaltar que o espírito cientificista atingia tanto o liberalismo quanto o socialismo e, dessa maneira, a dúvida colocada sobre a ciência nos permite compreender a aversão de Barroso tanto em relação a uma quanto a outra corrente. O desprezo pelo liberalismo poderia ser justificado, principalmente, pelo fato de que ele condenava a escravidão e a ordem imperial, esta última tratada com certa *devoção* pelo autor. O positivismo, por seu turno, postulava que nação não era vista como uma singularidade, o que conflitava com a versão marcadamente nacionalista do pensamento barroseano e, também, porque Comte considerava o regime republicano como forma de governo superior à monarquia. O marxismo, além de ser desmerecido pelo seu aspecto científico, também fora diminuído devido à experiência da Revolução Russa, percebida por Barroso como um mecanismo de dominação de uma classe sobre outras. O cenário internacional, de desilusão em relação aos ideais divulgados pelo Iluminismo, auxilia na compreensão do repúdio de Gustavo Barroso a esses postulados, que serão discutidos ao longo deste estudo.

A crença no liberalismo e na certeza de que a humanidade caminhava para um progresso ininterrupto - ideais colocados em xeque pelo conflito mundial - abriu caminho para a busca por particularidades nacionais. O novo cenário exigia que cada Nação encontrasse sua própria direção e, no caso brasileiro, tornava-se imperativo um movimento pela salvação do país, de maneira a estabelecer uma nova identidade, distinta da herança europeia e dos modelos biológicos. Lúcia Lippi Oliveira afirma que tal programa de luta se baseou, principalmente, na recusa dos modelos biológicos que promoviam o racismo, rompendo com a herança europeia que naturalizava as noções de meio e raça (OLIVEIRA, 1990, p. 145-146).

Dessa feita, vários intelectuais brasileiros se debruçaram sobre a questão nacional, na expectativa de encontrar o cerne da *brasilidade*, demandava-se um redescobrimto do Brasil. O termo *brasilidade*, propriedade distintiva do Brasil e dos brasileiros, foi utilizado pelo conde Afonso Celso no livro *Por que me ufano de meu país* (1900), servindo para indicar uma espécie de essência dos seres e das coisas do

Brasil, capaz de inspirar o sentimento ao amor à pátria. Segundo Rebeca Gontijo, nos anos 1920, o termo foi retomado pelas discussões sobre modernidade, modernismo e nacionalismo, e, de maneira que:

(...) a reflexão sobre a brasilidade ocorreu em meio à demanda por interpretações sobre o país e seus habitantes, (...), quando a intelectualidade se auto-reconhecia como portadora da civilização e se afirmava detentora de uma missão social e política: explicar o país, apontando problemas, propondo soluções e elaborando projetos para o futuro (GONTIJO, 2007, p. 318).

Alguns estudiosos, entre eles Gustavo Barroso, postularam que o ser nacional estava no interior do país, e não nas grandes cidades, onde residia o cosmopolitismo. Estabelecia-se uma oposição entre o litoral, associado à civilização e à modernidade, e o sertão, identificado com a barbárie e a antiguidade. Seguindo essa mesma linha de interpretação, o litoral foi percebido como o espaço onde residiam os costumes estrangeiros, avesso à realidade nacional, o sertão, por outro lado, representava a essência. Dessa forma, o sertão fora alteado como o local onde as virtudes do brasileiro permaneciam intocadas e, dessa forma, o sertanejo passou a ser visto como o símbolo da nacionalidade.

Segundo Rebeca Gontijo esse movimento de (re)descoberta do Brasil teve início ainda no século XIX e se prolongou até, pelo menos, os anos 1950, despertando o interesse pelo interior do país, com suas vastas regiões e populações desconhecidas. Tal movimento teria se inspirado em uma série de escritos sobre o interior, dedicados a recuperar ou inventar peculiaridades geográficas, humanas e culturais. A autora em questão explica que tais escritos permitiram ultrapassar o parâmetro ditado pelo passado colonial, que deixara marcas profundas no litoral, e, ao mesmo tempo, fundamentar a construção de um espaço – o sertão – e de um tipo - o homem do interior - como autenticamente brasileiros. Prevalecia, desse modo, a visão de dois brasis: o do litoral e o do interior, sendo possível identificar duas vertentes de interpretação sobre o sertão:

Uma delas o situava como o lugar do atraso, por oposição à cidade, local do progresso e da modernidade, associado à urbanização, à máquina, à indústria. Ao mesmo tempo, observa-se a interpretação do sertão como o espaço por excelência da brasilidade, enquanto a cidade era o lugar do cosmopolitismo, dos estrangeirismos. Assim, era no interior que se encontrava o ‘verdadeiro’ Brasil. Quanto ao problema do tipo representativo da nacionalidade, o homem do interior encontrava-se na berlinda. Alguns o tomavam como exemplo do atraso e da ignorância. Outros o viam como portador da brasilidade, da ‘essência’ da nacionalidade, precisando, contudo, ser liberado de seus ‘males’ (GONTIJO, 2007, p. 319).

Lúcia Lippi Oliveira ressalta que, malgrado os esforços para conhecer a identidade do interior do país, o contato com o sertão despertou também a preocupação com sua população. As discussões sobre o sertanejo - enquanto raiz da nacionalidade - foram somadas às preocupações relativas à saúde e à educação, tornava-se premente combater as endemias do sertão e, não foram poucos os intelectuais que divulgaram receitas de cura dos males brasileiros.

Observamos, nas reflexões produzidas por Barroso, elementos que aproximam sua obra de uma vertente nacionalista que avalia positivamente o passado colonial e imperial, e, acredita na excelência de nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica. Tal linha de pensamento promove, ao mesmo tempo, uma espécie de repulsa pela sociedade americana, onde a colonização inglesa e protestante é considerada a principal razão para o desprestígio dessa cultura. Tal vertente se contrapunha a outra via de análise que compreendia a República como uma ruptura necessária com o passado português, corporificado no regime monárquico, e postulava a organização de uma nova sociedade a partir de uma luta contra o passado. Os dois modelos de identidade nacional estariam representados na obra de Eduardo Prado e Raul Pompéia, haja vista que o primeiro postulou a defesa da monarquia no Brasil e negou as virtudes do republicanismo americano. Pompéia, ao contrário, argumentou a favor do nacionalismo republicano e atacou a herança lusa. “A nacionalidade seria, para os republicanos, o resultado da luta contra o passado” (GONTIJO, 2007, p.24).

Frente a essa luta no campo ideológico, identificamos também a presença da intelectualidade cientificista da época. Caracterizados pelo predomínio dos ideais evolucionistas, assentados sobre a desigualdade das raças, esses pensadores eram profundamente pessimistas em relação ao destino da nação, prejudicado devido à miscigenação racial. O posicionamento de Barroso em relação a essas correntes pode ser identificado na citação a seguir, onde, novamente o autor ataca as teorias positivistas, marxistas e liberais:

Sofremos no Brasil o reflexo das teorias aí ligeiramente referidas e procuramos esquecer a nossa história. Sobretudo depois da proclamação da República, nasceu a escola de maldizentes da pátria, às vezes até por mal compreendido patriotismo. Para êles, promanamos de três raças inferiores, tivemos como primeiros povoadores degredados, albergamos todos os vícios e cometemos as mais negras injustiças, fazendo guerras imperialistas aos

ossos mansos, pacíficos, inocentes vizinhos do Prata (BARROSO, 1938, p.123).

A defesa das qualidades da terra brasileira e, especialmente de sua gente, associada às críticas da vida política republicana, eram disseminadas por Barroso, de tal maneira que, o escritor participou desse espaço de disputa em torno das interpretações sobre o Brasil. O apego às coisas da terra nos remete a outro aspecto bastante discutido em suas memórias e possuidor de importância crucial em sua trajetória, seja como político, seja como intelectual, a saber, o ufanismo. Por ora, cumpre mencionar que não estamos sugerindo que Barroso tenha figurado como um expoente do ufanismo, mas sim, que elementos desse ideário estão presentes em sua obra, mobilizados a partir de um contexto outro, atendendo às propostas políticas, que, muitas vezes, se serviram desse conjunto teórico.

O Ufanismo entendia que a nacionalidade era fruto das condições naturais da terra e, dessa forma, promovia uma exaltação do Brasil e de sua gente, o que podia ser verificado em um de seus principais postulados, qual seja, a valorização as três raças que teriam composto o povo brasileiro. Afonso Celso, Eduardo Prado e Afonso Arinos podem ser citados como os principais expoentes dessa corrente nacionalista, que teve, com a publicação de *Porque me ufano de meu país*, de autoria de Afonso Celso, em 1900, um dos seus pontos altos. Eduardo Prado⁶⁸ defendia ideias que podem ser aproximadas de muitos dos ideais defendidos por Barroso, como, a defesa do regime monárquico e a negação do republicanismo americano. Nas referências de Barroso a outros intelectuais, destacamos um nome que figura, certamente, como o mais influente

⁶⁸ Eduardo Prado entendia que a monarquia era uma instituição profundamente enraizada no País, e a república recém-proclamada, um gigantesco passo atrás dessa emancipação. O intelectual temia a federação como causa inevitável da dissolução da unidade nacional que, fragmentaria a Nação em repúblicas autônomas e inimigas entre si, a exemplo da América Espanhola. Carlos Eduardo Ornelas Berriel, estudioso do pensamento de Eduardo Prado, explica a particularidade do pensamento desse autor. Segundo Berriel, numa circunstância histórica em que o típico era a cópia do padrão ideológico europeu, especificamente, o liberalismo, Prado, ao mesmo tempo em que copia o padrão europeu fornecido pela Geração de 70, repudia a nossa inclinação a espelhar a voga européia: “Busca, assim, num pólo político e socialmente anacrônico da Europa, a base argumentativa para a evidenciação do perfil cultural brasileiro, que partiria da premissa da rejeição aos padrões europeu e norte-americano”. Berriel ressalta também que, a despeito de outros intelectuais, como Varnhagen, partidários do extermínio do índio e depreciadores do caboclo brasileiro, Eduardo Prado diferenciou-se também nesse campo, expondo a convicção de ser o caboclo digno de admiração. Cf: BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. “Vida Literária No Período Prudente de Moraes (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica”. In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p. 101-102.

na defesa do ufanismo, a saber: Afonso Arinos. O autor cita, em suas memórias, Arinos como um dos principais interlocutores de sua trajetória intelectual. É interessante observar ainda, que a narração sobre a proximidade entre ambos, revela o prestígio que Arinos possuía na visão de Barroso, onde a sociabilidade estabelecida entre os intelectuais era ostentada por Barroso como distintivo social.

Elementos oriundos da corrente ufanista podem ser observados na obra barroseana, na forma como o autor representa a terra natal, (o sertão cearense), nos adjetivos empregados para qualificar a natureza e o povo e, principalmente, no amplo espaço ocupado pelo tema na narrativa. O registro das impressões sobre a terra natal está permeado de alusões à beleza natural da região e às preocupações relativas à seca e à miséria do povo, o que parece anunciar os temas centrais dos projetos posteriormente empreendidos por Barroso na política: “Nasci e criei-me dentro da preocupação das secas. Minha família vivia nas cidades, mas resultava de incontáveis gerações de agricultores e criadores” (BARROSO, 1939, p. 49). A experiência familiar com a seca parece ter causado comoção no futuro literato, pois há outros relatos acerca dessa temática, imbuídos de forte conteúdo emocional, como, por exemplo, quando Barroso descreve a passagem de um grupo de retirantes pela fazenda da família.

A frequência com que o sertão e o sertanejo figuram como tema na obra do autor denota um processo de busca pelo ser nacional, em que a exploração do interior do país, era considerada fundamental para o descobrimento da realidade nacional. Tal iniciativa propunha uma valorização das coisas da terra, especialmente da cultura popular, em detrimento da cultura estrangeira. Barroso propõe que Euclides revelou o cenário sertanejo, com seus tipos característicos, cuja existência efetiva parecia, provocativamente, desconhecida. Ao enfatizar a importância de *Os Sertões*, ele destaca, a relevância de se empreender um redescobrimento na história, onde devemos buscar os temas de heroísmo e de sentimento patriótico, o que, todavia, só poderá ser encontrado nas narrativas sobre o Império, haja vista que a República, para o autor, é um tempo que não sentimos como nosso:

O resultado foi o abandono em geral do que é nosso, eminentemente nosso, somente nosso, em todas as manifestações da atividade e do pensamento. Esquecemos a tradição histórica e a tradição popular, passamos a viver alheios ao nosso meio. Os nossos grandes poetas e os nossos grandes escritores preferiram cantar a Grécia, a Índia e a França. Bastava uma cousa ser brasileira, produto intelectual ou industrial, para não prestar. Todos lhe

torciam a cara. E assim vivemos até que Euclides da Cunha nos chicoteou a face com *Os Sertões*, obrigando-nos a mudar de rumo e a refazer, agora pelo espírito somente, o caminho das bandeiras, descobrindo o ouro de nossa história e do nosso folclore. E, nêsse redescobrimento do Brasil, os temas de heroísmo, de grandeza, de alto sentimento patriótico geralmente só se vão buscar no Brasil monárquico, como se nêle a Pátria se houvesse definitivamente estratificado em seus princípios e, depois dele, sucedesse um período que não sentimos mais nosso, que escapa ao nosso próprio sentimento brasileiro (BARROSO, 1938, p. 124).

O processo de redescobrimento da nação, na prerrogativa de Barroso, deveria acontecer por duas vias, o presente e o passado, em outras palavras, demandava-se desvelar o interior do país, com seus tipos constitutivos e, ao mesmo tempo, redescobrir o passado da nação, identificado com o Império. A partir das reflexões suscitadas por Fernando Nicolazzi, propomos que, em Barroso, opera-se uma tentativa de ordenamento do tempo, onde, escrever sobre a história da nação era uma maneira de reorientar o tempo, entendido pelo escritor como algo alheio que lhe escapava. Assim, ao elaborar a história nacional, tornava-se possível elaborar um sentido para a pátria, dessa feita, permitia-se uma compreensão profunda da realidade e, por conseguinte, um espaço de ação sobre o real.

O período identificado por Lúcia Lippi Oliveira como primeiro tempo modernista pretendia a incorporação do país à ordem urbana e industrial. Ser moderno significava ser civilizado, cosmopolita, preconizava-se ao indivíduo estar atualizado com o mundo - postulados que erigiram o tema da cidade como superior ao da província ou ao do regional. O segundo tempo modernista, demarcado pelo ano de 1924, por seu turno, apregoava que ser moderno era ser brasileiro, dessa feita, para alcançar a modernidade não era mais necessário incorporar o país ao mundo contemporâneo, mas sim, buscar as singularidades nacionais. Este estilo de pensamento permaneceu e se tornou a tônica do movimento verde-amarelo que, a partir do Manifesto “nhengaçu”, de 1929, se separou das outras vertentes modernistas.

O movimento verde-amarelo guarda uma proximidade com outro movimento que, alguns anos depois, envolveu um grupo de letrados, entre eles, Gustavo Barroso, sob o ideário do nacionalismo, catolicismo e militarismo. O grupo verde-amarelo, vertente conservadora do modernismo paulista, teve em Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia seus principais expoentes. O movimento postulava a importância de São Paulo como centro econômico e cultural, em contraste com o

restante do país⁶⁹. A proposta regionalista do grupo foi questionada por outras vertentes modernistas, principalmente a defendida por Mário de Andrade, que via no regionalismo a fragmentação do país e, por essa razão, buscava elementos que pudessem representar a nação em seu conjunto. As particularidades regionais, elementos caros aos verde-amarelos, foram preteridas pelo grupo de Mário de Andrade, sob a ótica de que promoviam uma desgeografização.

A defesa do catolicismo era um aspecto central da doutrina difundida pela Ação Integralista, exposta no lema “Deus, Pátria e Família”, bandeira do movimento, que atraiu inúmeros adeptos por todo o país. Os principais expoentes do partido, como Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima⁷⁰, possuíam uma relação substancial com a Igreja, o que parece contrastar com a trajetória de Barroso⁷¹. Na composição de suas memórias, o escritor demonstra ter vivenciado uma educação absolutamente laica, tanto no âmbito familiar quanto no espaço escolar, e, à exceção de sua avó e de sua tia Neném - católicas devotas – toda a família parecia possuir uma relação indiferente quanto à religião.

Ao positivar as tradições católicas, o escritor não parece demonstrar uma religiosidade própria, um despertar da fé, mas sim, uma valorização da Igreja enquanto instituição, o que pode ser compreendido pela postura assumida por ela frente aos dilemas do mundo moderno. Em fins do século XIX, a Igreja se mostra contrária ao

⁶⁹ A versão valorativa de São Paulo encontrou respaldo no mito de origem da sociedade paulista, difundido desde XVIII, que relacionava a grandeza de São Paulo à herança Tupi. Cf: GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 30, n. 59, 2010, p.15-36.

⁷⁰ Entre os anos 1910 e 1920, Jackson Figueiredo fez parte, juntamente com Álvaro Bomílcar de uma corrente nacionalista que uniu as cruzadas católicas de Figueiredo à Ação Social Nacionalista de Bomílcar. Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima são considerados os principais expoentes de uma corrente nacionalista católica que, na década de 1930, buscou difundir seus ideais por meio da Ação Integralista Brasileira. Cf: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁷¹ Observa-se um número expressivo de historiadores que afirmaram a existência de um catolicismo vigoroso em Gustavo Barroso, hipótese fundamentada, em geral, no fato de o intelectual ser integralista - Hégio Trindade e Gilberto Vasconcellos podem ser citados como expoentes dessa corrente. O presente estudo sustenta que essa questão deva ser relativizada, pois, acreditamos que a inserção de Barroso no integralismo, tão somente, não pode ser considerada o indício de uma vida religiosa intensa. O que verificamos, de fato, foi que o autor possuiu uma relação respeitosa com a Igreja, devido, principalmente, à importância dessa instituição na história do país e na tradição nacional – elementos caros aos projetos do autor, conforme assinalamos anteriormente. Nossa hipótese é corroborada pelo historiador Marcos Chor Maio que também destaca a inexistência de um catolicismo veemente por parte do escritor. Cf: CHOR MAIO, Marcos. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. O artigo publicado por Chor Maio nos Anais do Museu Histórico Nacional também traz uma análise interessante sobre a temática. Cf: O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 35. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2002.

progresso e ao liberalismo e reafirma seu desejo de se manter ligada à esfera política, postulando que Estado deve subordinar-se à Igreja. O Catolicismo conservador condenava o cientificismo, que estaria expresso tanto no positivismo quanto no materialismo, por acreditar que ele levaria ao ceticismo. As propostas da instituição iam ao encontro dos projetos barroseanos, o que provavelmente revigorou a relação entre ambos e foi o motivo para, em 1930, autor estabelecer o catolicismo como elemento para a formação da nacionalidade ⁷².

A relação apática com o catolicismo é um ponto que parece destoar de sua militância integralista, no entanto, notamos outro aspecto característico de seu pensamento que constitui uma chave de interpretação para suas opções políticas, museológicas e, principalmente historiográficas, a saber, o militarismo. Ponto crucial do ideário defendido pela AIB, tal conceito postulava a importância da militarização da população e da promoção de um armamento psicológico do povo, alternativas de prevenção diante da possibilidade de um conflito real. A discussão que se segue objetiva analisar a importância do militarismo na historiografia de Barroso, haja vista que o passado que ele busca reabilitar é, especificamente, o passado militar.

História Militar do Brasil ⁷³, publicado em 1935 e reeditado em 1938 pela Coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional ⁷⁴, sob a direção de Fernando de Azevedo, foi definido por Barroso como o resultado de suas discussões empreendidas

⁷² O autor promove uma aproximação entre o bandeirante e o jesuíta, entre história militar e religião, que nos permite avaliar a particularidade de sua relação com a Igreja: “(...) o bandeirante e o jesuíta moldaram um o nosso corpo, o outro a nossa alma. E quem puser de parte, na avaliação do que seja o Brasil, a nossa história militar e o nosso sentimento religioso, os dois valores positivos mais fortes e contínuos da nossa formação, não conhece a vida brasileira ou procede com evidente má fé”. BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 125.

⁷³ O livro contém cinquenta gravuras e mapas, em que se destacam as ilustrações relativas aos uniformes e aos armamentos usados pelo Exército brasileiro. Na capa do livro observa o nome do autor, acrescido do comentário “Da Academia Brasileira”, de maneira a demarcar um local de fala que, por um lado, confere prestígio ao autor e, por outro, justifica sua publicação. BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

⁷⁴ A Companhia Editora Nacional ocupou um lugar de prestígio entre as maiores editoras da época, ao lado de Civilização Brasileira, Editora Globo, Editora José Olympio, Editora Irmãos Pongetti, Editora Francisco Alves e Editora Melhoramentos. A *Coleção Brasiliana* esteve entre as que se constituíram na época em um espaço privilegiado para a veiculação e a circulação de saberes produzidos por intelectuais detentores de formações diversas e inseridos em um perfil eclético. A *Brasiliana* gozava de boa reputação, era apresentada como a mais vasta coleção (cem volumes até então publicados) dedicada aos *estudos brasileiros*. Na década de 1930, ápice das edições dessa coleção, entre seus 196 títulos, 25% corresponderam ao gênero história e 19,3%, ao gênero biografias e memórias. Cf: FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional – (1936-1959)*. São Paulo: PPGHIS/USP, 2006. (Tese de Doutorado). A esse respeito conferir também: GONÇALVES, Márcia. *Em terreno movediço: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

ao longo do Curso de Extensão Universitária do Museu Histórico Nacional ⁷⁵. A proposta é reunir o maior número possível de informações relativas ao passado militar da nação, o que inclui referências sobre o vestuário e os instrumentos utilizados pelos responsáveis pela defesa do território, desde o século XVI. O trabalho adquire profundidade à medida que o autor desenvolve a narrativa sobre os conflitos travados entre o Brasil e os países vizinhos, com destaque para os acontecimentos ocorridos durante o século XIX.

A obra está dividida em duas partes: a primeira é intitulada: “História da organização do Exército, seus uniformes, hierarquia e armamentos”. Nela o autor faz uma descrição minuciosa dos uniformes e armamentos usados pelo Exército desde a vinda da primeira tropa de Portugal para o Brasil, ainda no período colonial. Há uma proposta cronológica afinada com etapas e evoluções dos aparatos militares e sistemas de governo, com destaque para o contexto imperial, entendido como o momento áureo do Exército nacional, em oposição à República, identificada com a desordem e a fragmentação. A segunda parte: “História das grandes campanhas militares” apresenta e discute os conflitos em que o Brasil se envolveu ao longo de sua história, novamente, com enfoque privilegiado no Brasil monárquico. Ponto importante a ser mencionado nesse segundo momento da narrativa é a composição de uma espécie de biografia dos militares ao longo da representação das batalhas, o que permite entrever uma proposta de narração da história nacional por meio da trajetória de indivíduos considerados ilustres.

A segunda parte inicia com uma reflexão a respeito da nacionalidade, sob a tópica “Brasil-Nação”. O autor propõe o que entende por nação e o que considera como empecilho em sua trajetória – o que discutiremos à frente. É interessante mencionar que, ainda nas primeiras linhas, ele apresenta a ideia que orienta sua proposta historiográfica, a identificação da história militar como história do Brasil, o que atribui ao militarismo a

⁷⁵ O Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, foi criado em 7 de março de 1932 como *Curso de Extensão Universitária*, com duração de dois anos. Tal curso formava “técnicos de museus, com nível universitário”; pontua-se, aqui, o fato de ser esse o único curso de formação universitária para museólogos no país até 1970. Durante a realização do evento, Gustavo Barroso ministrou, pela primeira vez, em 1933, nas salas do Museu Histórico Nacional, uma série de palestras sobre história militar, que foram, posteriormente, pronunciadas, em 1934, na Escola de Oficiais da Milícia Integralista do Distrito Federal. Tratava-se de um estudo simultâneo das guerras napoleônicas e das campanhas nacionais, com lições teóricas e práticas, acompanhadas de uma apresentação dos armamentos, dos fardamentos, das táticas empregadas, etc. Tais palestras deram origem ao livro *História Militar do Brasil*. Cf: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

capacidade de conduzir a história. A articulação entre militarismo e história incorpora outro elemento que, na perspectiva do autor, está profundamente relacionado ao passado da nação: a monarquia portuguesa. Barroso demonstra uma visão bastante positiva do passado imperial e considera a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil o marco definitivo de nossa história: “A verdadeira história militar do Brasil começa com a Nação e a Nação surge o dia em que a Coroa da Metrópole vem para o continente americano. Até então, éramos simples colônia. Depois somos um reino” (BARROSO, 1938, p. 117). Dessa feita, a emancipação política do Brasil adquire um caráter secundário, haja vista que “o espírito brasileiro de coesão e sentimento nacional” (BARROSO, 1938, p. 147) é considerado por ele como fenômeno anterior aos acontecimentos de 1822. A independência seria marcada por fatores externos relacionados à vida política europeia, de maneira que, de fato, ela pouco teria contribuído para a construção do sentimento nacional.

Barroso propõe uma cronologia para a história nacional que tem início com a vinda de D. João VI para o Brasil e o estabelecimento da metrópole portuguesa na América, feitos determinantes de nossa história. As campanhas militares empreendidas pelo Brasil monárquico são consideradas, por sua vez, elementos fundamentais para a constituição da nação e manutenção de suas fronteiras. Apesar das diferenças notórias entre as acepções de pátria e nação, o autor não diferencia, abertamente, os diferentes usos que faz dessas duas categorias, todavia, intentamos identificar tais nuances no percurso dessa investigação. É sabido que sua definição de nação está relacionada à instituição de um Estado soberano, dotado de autonomia sobre o território ocupado, em que os membros dessa coletividade se unem por laços de afinidade, onde o aspecto político é privilegiado sobremaneira, que adquire, com a mudança da Coroa Portuguesa para o Brasil, o *status* de nação:

Assim nasce a Nação. Tudo o mais, a própria independência em setembro de 1822, é corolário. (...) O Brasil deixou de ser colônia com toda a *capitis diminutio* colonial. É um Reino com todos os regalengos. E uma nação igual à outra, da qual não é mais dependência e à qual está *unida*. Nela se acha agora o governo (BARROSO, 1938, p. 119).

O caráter de sede do Reino e, por conseguinte, o estabelecimento do governo no Brasil, é o que o torna uma nação, com todas as características que envolvem essa transformação, por exemplo, a criação de um corpo político, designado por uma

população soberana. O conceito de pátria, por sua vez, remete prioritariamente a uma identificação com o lugar, em outras palavras, a ideia de pátria como terra dos nossos pais proporciona um laço afetivo e cultural, desse modo, o patriotismo passa a ser um sentimento natural para Barroso. Tal sentimento estaria fundamentado em honrosas tradições e na capacidade do povo, sobretudo, em sua força e em sua tenacidade, demonstradas ao longo das lutas travadas por um povo guerreiro. O que predomina é uma preocupação com os aspectos culturais do patriotismo, categoria que envolve o sentimento de amor à pátria, em um aspecto mais carnal, é utilizada pelo autor quando pretende dotar a narrativa de emoção: “A religião de Osório era a pátria” (BARROSO, 1932, p. 185). À semelhança de uma devoção, a pátria, para Barroso, era uma entidade digna de culto, por ela todos os compatriotas deveriam ser capazes de grandes sacrifícios, tal como Tamandaré pela: “pátria que idolatrava” (BARROSO, 1933, p. 158). A pátria parecia ser uma categoria mais inclusiva e, largamente empregada, tal noção desempenhou um papel importante em sua proposta de afirmação e de mobilização de lealdades.

A análise sobre os conceitos de pátria e de nação nos induzem a refletir sobre a acepção de povo utilizada na obra barroseana. Se nos casos anteriores, o militarismo esteve relacionado ao sentido desses termos, no caso da ideia de povo, essa questão não poderia ser diferente. Ora, se a história nacional está associada à história militar, a formação do povo está, inegavelmente, atrelada às situações de guerra, em que houve, na visão do autor, o despertar de um sentimento de afinidade. Dessa forma, os sacrifícios cumpridos nessas ocasiões seriam, de todo modo, definitivos para a trajetória da história de um povo: “Naturalmente não somos um povo eminentemente guerreiro, mas somos um povo que se formou na constância das lutas e dos sacrifícios, de maneira que o fator militar foi um dos maiores em sua formação” (BARROSO, 1938, p. 124). Para além do aspecto jurídico do povo, o sentimento de afinidade, o desejo de viver junto e, principalmente, a existência de um passado comum seriam os elementos determinantes de sua concepção de povo:

Ao ataque imprevisto, todo o Brasil se moveu como um só homem. Nos campos de batalha, reuniram-se os brasileiros de todas as procedências. A Nação inteira comungou do mesmo sangue derramado. Entremearam-se e conheceram-se, amaram-se e juntos se sacrificaram todos os descendentes dos antigos bandeirantes esparsos no imenso corpo da pátria. Foi, portanto, essa guerra o último episódio da grande epopéia escrita por todos os

quadrantes da terra brasileira pelos nossos antepassados (BARROSO, 1938, p. 217).

A citação, embora um tanto longa, é valiosa para a compreensão dos conceitos discutidos até o momento, primeiramente, ela apresenta uma concepção da nação como um indivíduo, que se move, à semelhança de um só homem. O aspecto da guerra é crucial para o desenvolvimento de seu pensamento sobre a nacionalidade, pois a guerra é descrita como a oportunidade para a união do povo e, posteriormente, para sua constituição em uma unidade. Ao promover a reunião dos brasileiros, a guerra os transforma em nação, pois, juntos eles se conhecem, se amam e sacrificam suas vidas. O sacrifício é, igualmente, um ponto importante no ideal nacional, pelo seu caráter de renúncia voluntária em benefício de uma entidade superior, no caso, a nação, que adquire o sentido de uma divindade. O território, da mesma forma, está envolto em uma atmosfera de sacralidade, ele é o corpo da pátria, definido a partir das batalhas empreendidas pelo Brasil, onde a Guerra do Paraguai é definida como o último ato desse trabalho de constituição da nação e formação da nacionalidade.

História Militar do Brasil apresenta o processo de “gênese” da nação, compreendida pelo escritor como um organismo que, por conseguinte, possui um aspecto físico e espiritual: “Sendo o homem a continuidade moral e física de seus pais, a nação é a continuidade física e moral das gerações unidas pela experiência e pela sucessão dos fatos através dos séculos” (BARROSO, 1938, p. 123). A citação articula dois pontos cruciais para a ideia de nação, a saber, a similitude e a permanência. Se por um lado, ela designa uma coletividade que se mantém idêntica e identificável ao longo do tempo, por outro, ela indica o enraizamento temporal dessa identidade, em outras palavras, ela assinala a capacidade da identidade de perdurar sem se modificar.

Passado e presente estão, assim, relacionados como condições para a ideia de nação e como garantia de sua continuidade. A existência de um passado comum é entendida como fundamental para a constituição dessa coletividade, o que instaura, por sua vez, o dever de lembrar e comemorar o pretérito. A geração presente possui uma obrigação para com a que a precedeu, afinal, o autor entende que: “A perda de suas tradições é um dos males que mais podem afligir uma nacionalidade” (BARROSO, 1938, p. 123). O conceito de tradição é compreendido, na perspectiva do autor, como herança, em outras palavras, trata-se de um legado deixado pelos ancestrais aos seus pósteros, em que, cumpre a esses últimos, o dever de manter o que foi transmitido. O

dever de comemoração, o respeito às tradições e o culto aos ancestrais constituem premissas básicas do dever do cidadão e, a eles o autor acrescenta a importância do sacrifício de si mesmo em defesa da nação.

Em suas reflexões acerca da constituição da nação, Barroso demonstrou também certa aproximação com uma vertente nacionalista cultural⁷⁶ - onde os traços que definem um povo e o diferenciam dos demais foram considerados como fatores primordiais no processo de construção da nação - ao passo que se contrapôs ao progresso, entendido como causa de mudança⁷⁷. O escritor acredita na ideia de nação na medida em que ela tem um passado comum, tradições, crenças, valores e mitos, figuras e fatos que venera.

A concepção organicista da nação - evidenciada em Barroso - cristaliza o cidadão como aquele que herdou de seus ancestrais a cultura nacional e, ao mesmo tempo, promove uma inserção de todos os indivíduos na coletividade, ao atribuir a cada ser uma importância e uma função específica. Segundo essa perspectiva de análise, a sociedade pensada como um organismo se opõe à sua concepção como construção artificial dos homens, passível de ser alterada pela vontade política do homem⁷⁸. Observa-se uma concepção naturalista que compreende o território como o corpo da nação, ainda que essa questão não seja tão veemente, ela está presente em sua análise

⁷⁶ O nacionalismo cultural, baseado nos traços que definem a identidade de um povo e o diferencia dos demais – identidade e alteridade – esteve presente no romantismo do século XIX e no modernismo dos anos 1920. Lúcia Lippi Oliveira propõe que a importância do nacionalismo cultural tende a crescer na medida do fracasso da política em construir uma coletividade baseada em sólidos laços de solidariedade nacional. A autora destaca também que em sociedades tradicionais a identidade deduzida da cultura aparece de forma mais “natural”, em contrapartida, em sociedades em transição para um mundo industrializado, observa-se a diminuição dos traços “naturais” e a concentração na ação política do Estado. Cf: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, 1990, p. 189.

⁷⁷ Yves Déloye esclarece que a identidade nacional constitui o espaço de um conflito permanente entre os que pretendem determinar seu conteúdo. A autora propõe que a identidade nacional é resultado de um trabalho de construção social que convém compreender, ao mesmo tempo, em sua elaboração estratégica e em sua dimensão cultural. Aspectos que nos permitem situar Barroso junto a um determinado grupo de intelectuais que, nas primeiras décadas do século XX, promoveu a construção de uma identidade para a nação que percebia positivamente o passado imperial, em detrimento de outros grupos que entendiam os fatos relacionados à monarquia como profundamente negativos. Esse quadro configurou um terreno de conflito sobre a memória que se queria instaurar como oficial. DÉLOYE, Yves. “A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional”. In: BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M.; SEIXAS, J. *Razão e paixão na política*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002.

⁷⁸ Lúcia Lippi Oliveira corrobora com a opinião de Willians (1969). O autor afirma que a noção da sociedade como um organismo valorizava o “desenvolvimento natural”, isto é, agrícola, em oposição ao industrialismo e rejeitava as concepções “materialistas” da sociedade. Propõe também que tal concepção recebeu crescente aceitação entre os movimentos nacionalistas, desde o final do século XIX. Cf: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, 1990, p. 177.

sobre o papel dos bandeirantes em nossa história. Outro ponto capital em sua investigação acerca do nacional é o emprego do catolicismo como elemento formador da nacionalidade, a conjunção entre catolicismo e militarismo assinala não apenas a especificidade do pensamento barroseano (SIC), como descortina também projetos políticos⁷⁹:

(...) o bandeirante e o jesuíta moldaram um o nosso corpo, o outro a nossa alma. E quem puser de parte, na avaliação do que seja o Brasil, a nossa história militar e o nosso sentimento religioso, os dois valores positivos mais fortes e contínuos da nossa formação, não conhece a vida brasileira ou procede com evidente má fé (BARROSO, 1938, p. 125).

A religião Católica imprime uma marca identitária permanente; ela dota a nação de uma identidade substancial e imutável, de maneira que identidade nacional e identidade católica se fundem. O nacionalismo católico⁸⁰ do autor sugere uma compreensão da história como plano de Deus, em outras palavras, o nacionalismo é o caminho natural e divino do Brasil na trajetória da cristandade. Por conseguinte, confundida com a civilização cristã, a identidade nacional se reproduz, assim, identicamente ao longo do tempo. O processo de formação nacional tem, por uma via, a Igreja como alicerce e garantia de permanência e, por outra, a Guerra do Paraguai como

⁷⁹ Propomos que a concepção militarista da história encerra, fundamentalmente, uma posição política por parte do autor, identificável, especialmente, no contexto da década de 1930, período em que o escritor se filiou à Ação Integralista Brasileira (AIB). Partido de tendência fascista no Brasil, a AIB se caracterizou pelo nacionalismo, pelo militarismo e pelo catolicismo, aspectos candentes de seu ideário. Tais postulados, conforme aludimos anteriormente, constituem os matizes do pensamento barroseano, de maneira que consideramos oportuno enfatizar o jogo de ideias que se fazia presente na escrita barroseana e a forma como esse arcabouço teórico acabou por ser utilizado na vida prática, especialmente em sua experiência política. Acreditamos que suas publicações, ao veicularem tais ideias, foram, sobretudo, uma alternativa de sua militância política.

⁸⁰ A correlação entre nacionalismo e catolicismo é uma ideia comum entre os ideólogos de direita, sobretudo na França. Jackson de Figueiredo - pensador brasileiro e membro da Ação Integralista Brasileira - difundiu ideias que podem ser aproximadas de muitos dos postulados defendidos por Gustavo Barroso. Jackson de Figueiredo identifica o nacionalismo com o passado católico, com uma tradição que se vê ameaçada pelo protestantismo, pelo ianque, ou pelo que chama de metequismo, de invasão da maçonaria e do judaísmo do capitalismo internacional. Tais pontos do pensamento de Figueiredo se assemelham as teorias divulgadas por Barroso no que diz respeito a uma suposta ameaça de invasão do Brasil por judeus maçônicos, o que pode ser identificado em seu livro: *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Jackson de Figueiredo enfatizou, além dessas ameaças ao nacionalismo brasileiro, a ameaça lusitana e, em campanha pela imprensa ele atacou o elemento luso de certos setores no Brasil. Gustavo Barroso, em contrapartida, compreendeu a herança lusitana como positiva para o país e, inclusive, defendeu sua presença no Brasil, como elemento benéfico para a nacionalidade. Cf: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, 1990, p. 163. Conferir também: BARROSO, Gustavo. *Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

acontecimento responsável pela coesão nacional: “A vitória sobre o Paraguai plasmou definitivamente num só corpo e numa só alma a Nação Brasileira” (BARROSO, 1938, p. 228). A nação se forma, assim, a partir das guerras travadas pelo Brasil e adquire sua constituição definitiva com a Guerra do Paraguai, aqui concebida como fato causador da união entre corpo e espírito, entre história militar e religião: “Foi, portanto, essa guerra o último episódio de grande epopéia escrita por todos os quadrantes da terra brasileira pelos nossos antepassados” (BARROSO, 1938, p. 217). A ênfase em um patriotismo guerreiro, por parte de Barroso, pode ser compreendida como uma alternativa para realizar uma mobilização psicológica, uma espécie de armamento de energias que visa, sobretudo, preparar os indivíduos para ações futuras:

Estava finda a guerra. O Brasil Imperial varrera do Prata seu derradeiro caudilho de grande vulto. Essa obra demandara grandes sacrifícios, mas plasmou numa só alma os brasileiros de todas as Províncias. (...) A força, porém, dessa coesão dum grande povo continua latente. E’ preciso despertá-la para novos prodígios! (BARROSO, 1938, p. 346).

Os sentimentos e os deveres adquirem, assim, importância crucial para o sentido da consciência nacional, somados à ideia do sacrifício de si em prol da nação e, por conseguinte, a crença na existência de laços ancestrais que uniriam o povo. A obra barroseana apresenta uma proposta de construção de uma identidade nacional, que leva em consideração o caráter belicista da história, incorpora a guerra como constituinte dessa identidade e compreende os militares como representantes-símbolo dessa nacionalidade.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Vida Literária No Período Prudente de Morais (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica. In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1928.

_____. *A Guerra do Rosas: contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina – (1851-1852) – 1ª ed.* São Paulo: Cia Editora Nacional. 1929.

____. Biografia do Marechal de Campo José Luiz Menna Barreto. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

____. *Coração de menino*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939.

____. Esquematização da história militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

____. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

____. *Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

____. *Liceu do Ceará*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1940.

____. *O Consulado da China*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1941.

____. O Culto da Saudade. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

____. *Osório, o centauro dos pampas*. Rio de Janeiro: G. M. Costa, 1932.

____. *Tamandaré: O Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1933.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo: autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930 – 1945). In: *Revista da Universidade de São Paulo*, 1990.

CARVALHO, José. Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano de meu país*. Laemert & C. Livreiros - Editores, 1908.

CHOR MAIO, Marcos. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

____. O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 35. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: Imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.

____. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. São Paulo: PPGHIS/USP, 1992. Dissertação (Mestrado em História Social).

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DÉLOYE, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: BRESCIANI, Maria Stela; BREPOHL, Marion; SEIXAS, Jacy. *Razão e paixão na política*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002.

FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional – (1936-1959)*. São Paulo: PPGHIS/USP, 2006. (Tese de Doutorado).

GONÇALVES, Márcia. *Em terreno movediço: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15 – 36, 2010.

_____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159 – 185, 2005.

_____. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima ; SOIHET, Rachel. (orgs). *Culturas políticas ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____.Manoel Bomfim: ‘pensador da História’ na Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, PP. 129 – 154, 2003.

_____. O ‘Cruzado da inteligência’: Capistrano de Abreu, memória e biografia. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 41 – 76, dez. 2007.

_____. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HAROCHE, Claudine. O que é o povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins; BREPOHL, Marion; SEIXAS, Jacy Alves de. *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

NICOLAZZI, Fernando F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande e senzala e a representação do passado*. Porto Alegre: PPGHIS/UFRGS, 2008. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, Lúcia. Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. As festas que a República manda guardar. In: *Estudos Históricos*, v.2, n. 4, 1989.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce q'une nation?* Paris/London: Presses Pocket, 1992.

VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2003. Tese de Doutorado.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.

_____. A Literatura como Espelho da Nação. In: *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 2, 1988.

_____. A modernidade carioca na sua vertente humorística. In: *Estudos Históricos*, vol. 8, n. 16, 1995.